

**Comissão de Orçamento e Finanças**

**ATA NÚMERO 109/XIV/ 2.ª SL**

Aos 07 dias do mês de abril de 2021, pelas 09:30 horas, reuniu a Comissão De Orçamento E Finanças, na(o) Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Formato misto (presencial + videoconferência)

1. Aprovação da ata n.º 108;
  2. Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 679 /XIV/2.ª \(CDS-PP\)](#) – “Benefício fiscal para as empresas que promovam a formação dos seus trabalhadores, em contexto de ensino superior” e do [Projeto de Lei n.º 680 /XIV/2.ª \(CDS-PP\)](#) – “Fomenta a formação de trabalhadores, em contexto de ensino superior;  
Autor: Margarida Balseiro Lopes (PSD)
  3. Discussão e votação do relatório final da [Petição n.º 105/XIV/1.ª](#) – “Pela Recuperação e Preservação do Forte de São João Baptista, na Ilha de Santa Maria”;  
Relator: Deputado Ivan Gonçalves (PS)
  4. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1106/XIV/2.ª \(PCP\)](#) – “Uma Caixa Geral de Depósitos ao serviço da economia nacional e do país”;
  5. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1128/XIV/2.ª \(IL\)](#) – “Pela implementação das recomendações do Tribunal de Contas relativas à transparência dos contratos abrangidos pelo regime de exceção”;
  6. Definição da metodologia de apreciação, na especialidade, do [Projeto de Lei n.º 717/XIV/2.ª \(PCP\)](#) – “Estabelece a prorrogação e alargamento das moratórias bancárias”;
  7. Designação de autor de parecer sobre o [Relatório](#) anual do Governo sobre a participação de Portugal na União Europeia – 2020;  
Cabe ao GP do PCP
  8. Definição da metodologia de apreciação do [Projeto de Resolução n.º 1174/XIV/2.ª \(PS\)](#) – “Recomenda ao Governo que adote as medidas necessárias, no âmbito de um apoio extraordinário, para a recuperação das zonas afetadas pelas intempéries de dezembro na Costa Norte da Madeira”;  
(Em Conexão com a 13.ª CAPMADPL)
  9. Outros assuntos.
-



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 109/XIV/ 2.ª SL

#### 1 Aprovação da ata n.º 108;

A ata foi aprovada por unanimidade na ausência do BE, CDS-PP, PAN e CH.

#### 2 Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 679 /XIV/2.ª \(CDS-PP\)](#) – “Benefício fiscal para as empresas que promovam a formação dos seus trabalhadores, em contexto de ensino superior” e do [Projeto de Lei n.º 680 /XIV/2.ª \(CDS-PP\)](#) – “Fomenta a formação de trabalhadores, em contexto de ensino superior”;

A Senhora Deputada Margarida Balseiro Lopes (PSD) apresentou o parecer de que foi autora, posto o que foi o mesmo submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, na ausência do BE, CDS-PP, PAN e CH.

#### 3 Discussão e votação do relatório final da [Petição n.º 105/XIV/1.ª](#) – “Pela Recuperação e Preservação do Forte de São João Baptista, na Ilha de Santa Maria”;

O Senhor Deputado Ivan Gonçalves (PS) apresentou o relatório final de que foi autor, posto o que o Senhor Deputado Paulo Moniz (PSD) interveio para sublinhar a importância do tema, defendendo a recuperação do citado Forte, bem como a preservação do seu valor histórico-cultural, salientando igualmente a sua dimensão intangível. Aludiu ainda ao projeto de resolução que é à constituição do grupo de trabalho que visa alcançar uma solução definitiva para os imóveis do Estado existentes na Região dos Açores.

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) disse acompanhar as mesmas preocupações relacionadas com a identidade histórica deste Forte, referindo porém que deveriam ser ponderadas também outras duas importantes dimensões: a componente militar e o enquadramento legal da questão.

Submetido a votação o relatório foi aprovado por unanimidade na ausência do BE, CDS-PP, PAN e CH.

#### 4 Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1106/XIV/2.ª \(PCP\)](#) – “Uma Caixa Geral de Depósitos ao serviço da economia nacional e do país”;



## **Comissão de Orçamento e Finanças**

### **ATA NÚMERO 109/XIV/ 2.ª SL**

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) enquadrou o projeto de resolução (PJR) referindo a circunstancia de ter finalizado o período de implementação do plano de reestruturação da CGD, estando em preparação o próximo Plano Estratégico, justificando-se assim, no entender do PCP, o objetivo desta iniciativa de suscitar um debate parlamentar sobre o tema, por se tratar de um banco público. Defendeu igualmente que a Assembleia da República (AR) não deve ficar alheia à discussão das novas linhas de orientação para a gestão da CGD, recordando que tal escrutínio se inscreve no exercício das suas funções de fiscalização da ação do Governo. Sublinhou que o balanço que o seu partido faz dos últimos quatro anos de gestão é negativa, destacando a redução do número de trabalhadores e as más políticas laborais, o abandono do território, com o encerramento de muitas agências bancárias, a perda de quota de mercado e o valor excessivo das comissões bancárias. Defendeu que a CGD deveria ter um papel relevante na regulação do mercado verificando-se, em vez disso, o inverso. Segundo afirmou, a CGD tem seguido as más práticas da banca privada designadamente no que respeita à política de comissões bancárias, quando o seu papel deveria ser o de apoiar as famílias e as empresas, nomeadamente as micro e pequenas e médias empresas. Sustentou ainda que a oportunidade deste debate se reforça porquanto está para breve a nomeação de nova administração da CGD, devendo ser discutidos os critérios de nomeação da mesma no sentido de assegurar um maior comprometimento com o interesse público.

O Senhor Deputado Carlos Silva (PSD) disse compreender os objetivos deste PJR, pese embora não acompanhem alguns pontos por entenderem que a CGD, sendo um banco que opera no mercado, deve reger-se por princípios e no quadro do modelo da economia de mercado, ou seja, assente na sustentabilidade e com o objetivo de crescimento do volume de negócios, não devendo a AR interferir na sua gestão. Afirmou, não obstante, a defesa de uma CGD pública que salvguarde, tanto os interesses dos contribuintes (sem prejuízos), como o dos clientes, constituindo-se como um referencial e farol para todo o mercado, reconhecendo, porém, que não sido esse o caso. Subscreveu a opinião do PCP sobre a opacidade do plano de reestruturação, notando ainda que houve aspetos deste plano com os quais não concordaram, nomeadamente no que respeita à política de encerramento de balcões que não tem sido, nalguns casos, a mais adequada. Manifestou também a sua incompreensão relativamente ao acréscimo de custos das comissões bancárias para os clientes da



## **Comissão de Orçamento e Finanças**

### **ATA NÚMERO 109/XIV/ 2.ª SL**

CGD. Aproveitou ainda para criticar as previsões da rentabilidade de capitais próprios, considerando-as irrealistas. Sintetizando, disse que em alguns aspetos o PSD acompanharia a iniciativa e, noutros, nem tanto, razão pela qual, em sendo possível, solicitará a votação desagregada por pontos.

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) subscrevendo a preocupação sobre este assunto, frisou igualmente o consenso existente sobre a titularidade do capital da CGD, que deve ser público. Aproveitou para apresentar breve resumo da avaliação que faz da execução do plano de reestruturação destacando, entre outros, os seguintes pontos: a) o banco regressou a níveis de rentabilidade que o tornam mais robusto, b) registou-se o aumento dos rácios de capital, a níveis comparáveis até no quadro europeu; c) houve simplificação de processos e hoje o banco lidera o mercado na área dos depósitos, da concessão de crédito, dos produtos de poupança e investimento; e) registou-se a melhoria dos “ratings” com os consequentes ganhos de imagem e reputacionais. Quanto à questão polémica do redimensionamento de balcões, na sua perspetiva, alguns encerramentos justificam-se na medida em que a CGD opera no mercado, em concorrência com outros bancos, sem prejuízo do dever de assegurar a prestação de serviço público. No que respeita à situação laboral, referiu o clima de paz social, aludindo também ao acordo de empresa que foi subscrito por quase todos os sindicatos. Relativamente à política de comissionamento, afirmou que o rácio é o mais baixo do mercado. Destacou o papel do banco no atual contexto económico, através, nomeadamente, das linhas de crédito Covid e das moratórias, referindo ainda que 43% das contas de serviços mínimos estão sediadas na CGD, evidenciando, na sua perspetiva, o forte compromisso da CGD com o país, no apoio às famílias e às empresas. Finalizou defendendo que a CGD reúne as condições para continuar a sua missão de servir o país.

O Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL) aplaudindo o debate em torno desta matéria, argumentou que o mesmo demonstra que a AR não deve ser chamada a comentar ou intervir sobre os planos estratégicos nem sobre as nomeações para as administrações de instituições bancárias. Também considerou que deste debate se evidencia grande contradição entre o que aqui se diz e a realidade, porque, segundo disse, o que permitiu alcançar bons resultados na CGD, já mencionados pelo PS, foi o cumprimento do plano de reestruturação, que obrigou o banco a comportar-se como um



## **Comissão de Orçamento e Finanças**

### **ATA NÚMERO 109/XIV/ 2.ª SL**

agente a operar no mercado privado. Na visão da IL, quem deveria arcar com os prejuízos do banco são aqueles que têm a capacidade de decidir sobre as variáveis que conduzem a tais resultados e não os contribuintes, aludindo a propósito, às injeções de capital público no banco ocorridas no passado e que teme, possam ocorrer novamente. Terminou defendendo que a CGD não deveria ser pública e que, tendo sido pública não tem funcionado como devia, ao serviço do interesse público e em benefício da economia.

Em sentido inverso, a Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) considerou que a CGD tem sido um pilar de estabilidade no sistema bancário português, que advém sobretudo do facto de ser público, e que tem constituído uma importante ancora para as famílias e empresas, sobretudo em momentos de crise, visto que foi das poucas instituições que manteve alguma capacidade de financiamento à economia. Todavia, na sua opinião, o banco comportou-se como um privado, na especulação bolsista e alimentando bolhas imobiliárias, quando deveria ter estado focado em apoiar a economia. Também considerou que a inexistência de regras claras nesta matéria tem propiciado a ação discricionária “ao sabor dos interesses de cada governo”. Manifestou concordância com a necessidade de se escrutinar o plano da CGD na AR, acompanhando assim todos os pontos do PJR do PCP.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) encerrou o debate manifestando a sua satisfação por se ter cumprido um dos objetivos desta iniciativa que era o de iniciar a discussão sobre este assunto, reforçando assim o papel do parlamento no escrutínio das opções estratégicas do banco, antes que elas originem os problemas que são depois tratados em sede de comissão parlamentar de inquérito. Reiterou as críticas à administração da CGD e teceu considerações adicionais sobre o papel e a ação da CGD no mercado bancário, voltando a defender que deve ser o de influenciar, adotando boas práticas, nomeadamente no que respeita à redução das comissões bancárias. Contrariou também o argumento invocado pelo GP do PS sobre a alegada paz social referindo algumas más práticas, nomeadamente relacionadas com a pressão aos trabalhadores para assinarem rescisões de mútuo acordo, que ilustram, no seu entender, o oposto. Concluiu reafirmando a opinião de que a CGD e a sua administração devem ser norteadas por critérios de interesse público.



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 109/XIV/ 2.ª SL

#### 5 Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1128/XIV/2.ª \(IL\)](#) – “Pela implementação das recomendações do Tribunal de Contas relativas à transparência dos contratos abrangidos pelo regime de exceção”;

O Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL) apresentou a iniciativa, começando por referir que este PJR não deveria existir porque as recomendações do Tribunal de Contas (TdC) são para serem seguidas. Saliou tratar-se já do 3.º Relatório Intercalar que tem repetido as mesmas conclusões e recomendações relativas à transparência dos contratos abrangidos pelo regime de exceção, significando, por isso, que não foram atendidas pelo Governo. Destacou os vários problemas denunciados pelo TdC sobre o uso abusivo, por parte do Governo, de mecanismos de exceção nos contratos abrangidos por aquele regime de exceção previsto na Lei n.º 1-A/2020, exemplificando casos no portal Base (dos contratos públicos) que evidenciam falta de informação sobre a abrangência territorial e o prazo de execução dos contratos. Concluiu salientando que a situação de crise pandémica não justifica tudo e que, na sua opinião, o atual regime de exceção tem servido de argumento para se fazer tábua rasa de procedimentos, impossibilitando o posterior escrutínio destes contratos.

Seguidamente, o Senhor Deputado António Gameiro (PS) exprimiu concordância com o deputado proponente desta iniciativa, lembrando ainda que a AR publicou, em 25-01, uma Resolução com conteúdo idêntico, recomendando ao Governo que implemente medidas de prevenção de riscos de corrupção durante a pandemia. Fez notar que este regime excecional foi utilizado, sobretudo no início, para aquisição de material no setor da saúde. Disse porém que não acompanha o ponto 1 deste PJR, porque não conhece nenhum caso de um grande contrato ou compra pública, realizada ao abrigo deste regime de exceção, que tenha violado a lei da contratação pública. No resto, disse, acompanharia a iniciativa.

O Senhor Deputado Hugo Carneiro (PSD) também subscreveu, no plano dos princípios, esta iniciativa. Referiu, a propósito que, no âmbito da discussão do Orçamento do Estado (OE) para 2020 e para 2021, o PSD apresentou uma proposta, que foi rejeitada, visando corrigir uma norma introduzida pelo OE que alterou os limites de dispensa de visto prévio do TdC. Pretendia-se, nesta proposta do PSD, que os contratos com dispensa de visto prévio do TdC, em função do seu valor, fossem publicados no site do TdC e fossem obrigatoriamente fiscalizadas, de forma sucessiva, no prazo de 3 anos. Assim, na sua ótica, esta iniciativa traz mais um elemento que acrescenta preocupação



## **Comissão de Orçamento e Finanças**

### **ATA NÚMERO 109/XIV/ 2.ª SL**

às preocupações já existentes, sublinhando que esta discussão, que já tinha sido anteriormente iniciada, deve merecer maior atenção. Concluiu afirmando que o PSD se associa a esta iniciativa, apelando também ao envolvimento de todos os GP de modo a garantir que esta matéria, relacionada com o bom uso dos recursos públicos, seja merecedora de um tratamento adequado, para além das questões partidárias ou ideológicas.

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) associou-se a esta preocupação sobre a necessidade de garantir o bom uso dos recursos públicos, notando contudo, que, até por razões de eficácia, a forma como a fiscalização é realizada deve ser ajustada aos valores em causa nos contratos. Reconheceu também a pertinência de dar continuidade a este debate sobre os mecanismos de verificação dos atos da administração pública. Terminou anunciando que o PS iria requerer a desagregação por pontos da votação desta iniciativa em plenário.

Depois de cumprimentar o proponente da iniciativa, o Deputado Duarte Alves (PCP) defendeu que num período excecional como aquele em que vivemos, tem de haver um equilíbrio entre a necessária agilização de procedimentos, para dar resposta atempada a situações excecionais, e as garantias de transparência e rigor na utilização dos recursos públicos, assegurando a capacidade de fiscalização e controlo do TdC. Quanto ao ponto 1, também considerou que seria relevante apurar se houve ou não casos de abusos.

O Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL), agradeceu os contributos de todos os deputados, concordando em particular com a apreciação do Deputado Hugo Carneiro, que entronca na discussão mais ampla sobre as insuficiências do próprio regime de contratação pública, e das formas de fiscalização dos contratos. Defendeu que temos de ser muito mais ágeis, quer na contratação, quer na possibilidade do seu escrutínio. Reiterou a sua opinião sobre o abuso e o desrespeito que verifica neste domínio criticando o Governo por não levar a sério as recomendações do TdC, recordando ainda que o Tribunal já vai no 3.º relatório, e o mínimo que se exigiria ao Governo é, na sua opinião, que explicasse porque é que não foi possível implementar tais recomendações.



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 109/XIV/ 2.ª SL

#### **6 Definição da metodologia de apreciação, na especialidade, do [Projeto de Lei n.º 717/XIV/2.ª \(PCP\)](#) – “Estabelece a prorrogação e alargamento das moratórias bancárias”;**

O Senhor Deputado Duarte Alves (PS) propôs, tendo em conta a urgência da matéria em apreciação, que se dispensassem as audições e que fosse dado um prazo, até segunda-feira, para envio de propostas de alteração para que a iniciativa pudesse ser votada na próxima reunião da COF.

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS), compreendendo a urgência da matéria, manifestou a sua opinião de que seria pouco cuidado fazer um processo legislativo sem ouvir entidades do sistema financeiro (admitindo, ainda assim, prescindir do Banco de Portugal) e associações representativas do sector. Argumentou dizendo que há um mínimo exigível em qualquer processo de apreciação legislativa, propondo também incluir neste processo de auscultação, nem que seja por escrito, a autoridade bancária europeia (EBA).

Interveio depois o Senhor Deputado Carlos Silva (PSD) concordando com a dispensa de audição do Banco de Portugal (BdP), afirmando também não se opor à realização de algumas audições. Recordou, todavia, que o mecanismo das moratórias privadas já terminou no dia 31 de março, não havendo agora enquadramento legal para um conjunto alargado de contratos. Sustentou a importância de manter, ainda durante a vigência do estado de emergência, os apoios aos consumidores, às famílias e empresas, apelando assim ao não prolongamento deste debate, e propondo que as audições que vierem a ser aprovadas, ocorram no mais curto espaço de tempo.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) pediu aos deputados para analisassem o conteúdo da iniciativa, destacando em particular uma das alíneas que visa permitir, até 30 de abril, a quem esteja abrangido por moratórias privadas, e cumpra os requisitos necessários para tanto, que possa transitar para a moratória pública. Assim sendo, atrasar este processo legislativo é, na sua perspetiva, o equivalente a impedir aqueles clientes de fazer esta transição num prazo alargado. Recordou, que estamos perante uma situação extraordinária e que já houve até precedentes, nomeadamente propostas de lei urgentes que beneficiaram da compreensão de todos de todos os partidos e avançaram sem audições. Concluiu com um último apelo para que os restantes partidos reconsiderassem no sentido de se dispensar a realização das audições, garantindo um processo mais célere que evite arrastar a aprovação da iniciativa para maio.





## **Comissão de Orçamento e Finanças**

### **ATA NÚMERO 109/XIV/ 2.ª SL**

Nesta sequência, interveio depois o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) para propor uma solução de equilíbrio, compatibilizando os diferentes interesses em presença. Sugeriu que, tendo em conta a urgência deste processo legislativo, os partidos remetessem as suas propostas de audição até final do dia, agendando-se uma reunião extra da Comissão para o dia seguinte, às 14h00, para votar os diferentes requerimentos.

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) declarou que o PS não pretende protelar este processo legislativo mas não dispensa a realização de algumas audições ou pedidos de parecer, considerando que a auscultação da EBA constitui uma diligência plausível no quadro da matéria em apreciação. Mais disse que os contributos já recebidos do BdP (audição) e da APB, não esgotam todas as questões a apreciar e por isso considerou serem necessários contributos adicionais.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco esclareceu que o PSD votará contra a audição da EBA, recordando a existência de precedente no âmbito do processo orçamental, em que apenas a aplicação da norma fica dependente da pronúncia favorável da entidade. Justificou esta posição com a necessidade de antecipar o calendário de apreciação da iniciativa, recordando que as instituições europeias têm um calendário alargado e que ficar à espera do seu parecer pode significar “matar a iniciativa”.

Ainda na sequência do apelo do proponente da iniciativa, o Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL) sugeriu que se isolasse e apreciasse já os artigos 2.º e 5.º da Lei n.º 10-J, resolvendo de forma expedita o problema de milhares de clientes que estão neste momento numa situação de “limbo”, no que diz respeito à eventual passagem para as moratórias públicas, remetendo a matéria de natureza mais política para posterior discussão.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) deu acordo à solução apresentada pelo PSD.

O Senhor Presidente resumiu as várias posições em presença sobre a metodologia de apreciação desta iniciativa, contrapondo a que defende a não realização de audições com a outra que não dispensa a sua realização. Sobre a proposta de agendamento de uma reunião extraordinária amanhã para votar os requerimentos de audições, notou que a mesma só poderá ocorrer se estiver reunido consenso para tal.



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 109/XIV/ 2.ª SL

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) teceu críticas à intenção do PSD de viabilizar a votação da iniciativa sem o parecer da EBA. Em seu entender, estando em causa a imagem do parlamento exige-se um processo legislativo “sério”, propondo assim uma metodologia de apreciação da iniciativa que contemple prazos mínimos para cada uma das suas etapas de modo a permitir condensar este processo num calendário de duas semanas. Informou que não estaria em condições para apresentar requerimento de audições até o final deste dia.

No seguimento desta discussão e das várias propostas apresentadas, o Senhor Presidente propôs que os requerimentos para audições fossem apresentados até sexta-feira para serem votados na próxima reunião da Comissão, na quarta-feira.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) pediu a palavra para sugerir então que a votação dos requerimentos fosse antecipada para terça-feira, tendo em conta até que está agendada reunião da Comissão para esse dia (audições).

A proposta mereceu anuência de todos os GP bem como do Senhor Presidente que anunciou o agendamento dessa reunião extra para as 14h00 de terça-feira, antes da primeira audição.

#### **7 Designação de autor de parecer sobre o [Relatório](#) anual do Governo sobre a participação de Portugal na União Europeia – 2020;**

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) sugeriu que fosse outro GP a elaborar este parecer, na sequência do que o GP do PSD manifestou a sua disponibilidade para o solicitado, tendo o Senhor Deputado Duarte Pacheco indicado o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira para autor do parecer.

#### **8 Definição da metodologia de apreciação do [Projeto de Resolução n.º 1174/XIV/2.ª \(PS\)](#) – “Recomenda ao Governo que adote as medidas necessárias, no âmbito de um apoio extraordinário, para a recuperação das zonas afetadas pelas intempéries de dezembro na Costa Norte da Madeira”;**

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) informou que o PS pretendia discutir a iniciativa em plenário.



## **Comissão de Orçamento e Finanças**

### **ATA NÚMERO 109/XIV/ 2.ª SL**

#### **9 Outros assuntos.**

O Senhor Vice-presidente, Deputado Alberto Fonseca, tomou a palavra para informar que havendo um pedido de audiência da Associação Nacional de Avaliadores Imobiliários (ANAI), sugeria que a mesma fosse agendada para quinta-feira, dia 15 de abril às 14h00.

Foi nestes termos fixada a realização desta audiência, ainda com a indicação de que deveria ser dado conhecimento à 6.ª Comissão.

A reunião foi encerrada às 11:05 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 7 abril 2021.

O Presidente

(Filipe Neto Brandão)



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 109/XIV/ 2.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Paula Vitorino (PS)  
Carlos Brás (PS)  
Fernando Anastácio (PS)  
Filipe Neto Brandão (PS)  
Hortense Martins (PS)  
João Gouveia (PS)  
João Paulo Correia (PS)  
Nuno Sá (PS)  
Vera Braz (PS)  
Afonso Oliveira (PSD)  
Alberto Fonseca (PSD)  
Carlos Silva (PSD)  
Duarte Pacheco (PSD)  
Eduardo Teixeira (PSD)  
Hugo Carneiro (PSD)  
Jorge Paulo Oliveira (PSD)  
Margarida Balseiro Lopes (PSD)  
Mariana Mortágua (BE)  
Duarte Alves (PCP)  
João Cotrim De Figueiredo (IL)  
António Gameiro (PS)  
Jamila Madeira (PS)  
Joana Lima (PS)  
Ana Miguel Dos Santos (PSD)  
José Silvano (PSD)  
Paulo Moniz (PSD)  
Sara Madruga Da Costa (PSD)  
Ivan Gonçalves (PS)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Silva (PAN)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Miguel Matos (PS)  
Cecília Meireles (CDS-PP)  
André Ventura (CH)



**Comissão de Orçamento e Finanças**

**ATA NÚMERO 109/XIV/ 2.<sup>a</sup> SL**